

## ENTREVISTA

José Guimarães (PT-CE)/ LÍDER DO GOVERNO NA CÂMARA

Deputado reconhece que rompimento entre Lira e o ministro Alexandre Padilha, da articulação política, não é algo 'trivial' e diz que Planalto não é 'louco' de tentar reverter avanço do Congresso sobre o Orçamento

RENATA AGOSTINI E LAURIBERTO POMPEU | public@oglobo.com.br

## NÃO PODEMOS IR PARA O TUDO OU NADA E PERDER A SUCESSÃO NA CÂMARA

Líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) tem a missão de negociar pautas de Luiz Inácio Lula da Silva com uma base aliada enxuta numa Casa majoritariamente conservadora. A tarefa, somada à camuflagem de dificuldade nos últimos dias após o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), romper publicamente com o responsável pela articulação política, ministro Alexandre Padilha, a quem chamou de "incompetente". Entre um lado e outro, Guimarães reconhece que briga não é "trivial". Avalia que Padilha seria capaz de fazer um armistício, mas não vê sinais de entendimento partindo de Lira. Em meio à crise, o petista aposta que o governo deve apoiar o mesmo candidato apontado por Lira para a presidência da Casa no ano que vem.

O senhor verbalizou ontem no plenário o descontentamento com a postura de Lira, que já tinha rompido com o ministro Alexandre Padilha. O clima azedou de vez?

Claro que não. Tomei café com ele (Lira) e com Rui Costa (ministro da Casa Civil) hoje (ontem). Lira não está mandando recado para o governo. Ele precisa considerar o governo e a oposição. Essa realidade se impõe e temos que ter muito diálogo com ele. Já ganhamos muitos bolsonaristas para o governo. Lira apoiou Bolsonaro e foi o primeiro a ligar para Lula reconhecendo a vitória. Então teve um deslocamento.

O fato é que há permanentes sobresaltos na relação do governo com Lira. Por quê?

São penduricalhos que não interditam a relação respeitosa que Lula tem com Lira. A Câmara é conservadora e não vamos brigar à toa. A briga é com matérias que são estratégicas para o país, como a pauta econômica. Na relação do Lira com Padilha, os dois não se entendem, então deixei quieto.

Não é trivial um governo cujo chefe da articulação política não tem acesso ao presidente da Câmara.

Não acho trivial, mas o presidente tem conhecimento disso. Eu vou fazer o que? Acho que os dois deveriam fazer um armistício. Sinto que o Padilha tem essa vontade, mas não depende

só dele. Depende do presidente da Câmara. Tenho que conviver com isso. Faz de conta que não existe e vou trabalhar, dialogando com quem dialoga com Lira, que é o Rui Costa.

O trabalho ficou mais difícil? A vida aqui já é difícil. Nossa legislação elegem 130 deputados. A maioria aqui é conservadora, tenho que ter isso como um dado da realidade, não ficar louco por contadismo. Em todas as questões estratégicas para o governo, ele (Lira) nos ajuda.

Os últimos movimentos de Lira têm a ver com a campanha pela sua sucessão?

Não. Está muito longe da sucessão. Os deputados estão em plena campanha e eles têm todo direito de fazer, mas isso só é em fevereiro do próximo ano. E, veja, todos os candidatos querem apoio do Lira. Não é uma briga com Lira. É uma disputa entre eles. O presidente disse a Lira: assim como terei o direito de indicar meu sucessor, você tem o direito também de indicar o seu e vamos sentar na hora certa para discutir.

O senhor vê o governo apoiando um candidato distinto ao apoiado por Lira?

Acho difícil, porque Lira já vem conversando (com Lira). Se nós apoiarmos o Lira no início do governo Lula, vamos sentar na hora certa e fazer a concertação esperada em 2026.

Não dá para correr o risco de



Aposta. Apesar da relação difícil, José Guimarães diz que o governo apoiará candidato de Lira à sua sucessão na Câmara

perder para o candidato do Lira, é isso?

Não dá. Até porque não vai ter isso...

Esse erro o PT já cometeu lá atrás.

Depende de qual ano. Se você se refere a Eduardo Cunha, isso já foi há muitos anos. Ninguém mais lembra. Sou da tese que temos o direito de não saber fazer tudo, mas temos de saber o que não deve ser feito.

E o que não deve ser feito neste momento?

Ser derrotado na Câmara. Em qualquer situação, seja na votação de projetos, seja na eleição da Câmara. Ter o juízo necessário, porque quem governa tem de ter essa grandezinha. Não pode ir para o todo ou nada. Reconheço o papel que tiveram os líderes e Lira na relação como governo. As alianças foram decisivas para Lula governar. Nem no primeiro governo do Lula conseguimos essa façanha. Aprovar a reforma tributária? Gente, não dá para fazer análise rasa. O país está melhor? Está. Olha os indicadores.

Se tudo está bom, por que as pesquisas mostram avaliação do governo em queda?

Talvez haja uma falha porque o governo não consegue

comunicar o que está fazendo. Veja o programa Pê-de-Meia: é fantástico. O jovem vai receber R\$ 200 e, no final do ano, R\$ 1.000. Conseguimos comunicar? Não. Mas há tempo também para isso. Temos um país polarizado e não é fácil desconstruir essa coisa ideologizada. Acho que já já recupera.

Essa semana houve jantar de Lula com ministros do Supremo. O descontentamento do Congresso tem escalado em relação à Corte. Como fica o governo nesta equação?

O Senado votou a PEC do Supremo no ano passado. E aqui na Câmara não se votou. Então, há pesos e contrapesos. Vejo o governo como uma força de distensionamento.

Líderes reclamam de uma falta de sintonia entre os acordos firmados aqui e o comportamento do governo...

A orientação do presidente Lula é que todas as matérias que vêm do Executivo sejam discutidas com os líderes antes. As vezes, a matéria vem sem a gente ter conhecimento. É um erro. Vai editar uma Medida Provisória? Chame os líderes antes para conversar. É melhor do que os tecnocratas do governo tacarem Medida Provisória aqui. Ai vem a bomba para mim.

É irreversível o avanço do Congresso sobre o Orçamento?

O Bolsonaro deformou a relação com o Parlamento. Em todo sentido, na questão de emendas, quem mandava no país era o (ex-ministro da Economia) Paulo Guedes e a Câmara. O Bolsonaro não governava.

Mas o governo não enfrentou essa questão.

Nós não somos loucos de enfrentar uma coisa que é um dado da realidade. Para não votar as coisas depois? O que o governo fez? Transparência, hoje você sabe de tudo, quanto o deputado indicou.

Houve uma decisão do Supremo neste sentido.

O governo implementou a orientação do Supremo. As emendas são por bancada. As tais emendas de comissão não acabaram porque não existia condição para isso. Prefiro, quando for necessário, entregar os anéis do que os dedos. Já mudou tanto, o Bolsonaro empoderou esse Congresso de tal forma que não foi fácil governar. Teve muita coisa que foi desempoderada, outras se mantiveram. E é assim que a gente governa.

## Planalto libera valor recorde em emendas no ano

Governo autorizou o pagamento de R\$ 2,4 bilhões aos parlamentares no momento em que Lira subiu o tom contra o Executivo

O governo Lula destravou a liberação de emendas nesta semana, às vésperas de votações consideradas importantes pelo Palácio do Planalto, e no momento em que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), subiu o tom e fez acenos à oposição. Foram autorizados cerca de R\$ 2,4 bilhões, e os repasses atendem principalmente a pedidos de senadores e deputados mais próximos à gestão petista.

Esse montante para o Congresso é recorde no ano e ocorre em meio a votações importantes que Lula enfrentará, como uma folga de R\$ 15 bilhões no Orçamento deste ano e a análise de vetos presidenciais, prevista para a próxima semana.

Todos os deputados e senadores têm direito a emendas ao Orçamento. Esses re-

ursos são usados para bancar obras e projetos em seus redutos eleitorais.

Essas emendas são impositivas, ou seja, seu pagamento é obrigatório. Mas o governo pode ditar o ritmo desses repasses e fazer acenos ao Congresso quando propostas do presidente precisam avançar.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), recebeu o aval no valor de R\$ 24 milhões. Já o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não teve emendas repassadas ainda.

O embate entre Lira e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, escalou na semana passada. Padilha é responsável pela articulação política do governo, o que inclui a liberação de emendas. As principais liberações



Convencimento. Primeiro da Câmara: liberação de emendas ocorre às vésperas de votações importantes para o governo

R\$ 2,4 bi

Emendas parlamentares liberadas esta semana. Montante é recorde no ano e ocorre às vésperas de votações importantes para o governo

até agora foram nas emendas individuais. Pelas regras, todo deputado, seja governista ou de oposição, tem direito a R\$ 37,9 milhões. Os senadores têm R\$ 69,6 milhões. Esses valores são para todo o ano. O senador Eduardo Braga

(MDB-AM) conseguiu o repasse de R\$ 63 milhões, quase todo o montante do ano. Outros aliados do governo, como os senadores Marcelo Castro (MDB-PI), Otto Alencar (PSD-BA) e Davi Alcolumbre (União AF), receberam entre R\$ 26

milhões e R\$ 34 milhões.

Esses números divergem das autorizações para senadores de oposição, como Damascos Alves (Republicanos-DF) e Jorge Seif (PL-SC), que ficaram com R\$ 810 mil e R\$ 700 mil, respectivamente.

O senador Wellington Fagundes (PL-MT), que também é próximo do ex-presidente Jair Bolsonaro, conseguiu R\$ 18 mil.

Na Câmara, apesar de os deputados terem direito a menos recursos, alguns conseguiram ocupar o topo da lista, junto com alguns senadores. É o caso do deputado Otto Alencar Filho (PSD-BA), que teve a liberação de R\$ 23 milhões. O deputado Castro Neto (PSD-PI) obteve R\$ 19 milhões. Os dois são, respectivamente, filhos dos senadores Otto Alencar e Marcelo Castro.

Os deputados Gabriel Nunes (PSD-BA), Marcio Jerry (PCdoB-MA) e Zeca Direcu (PT-PR) conseguiram entre R\$ 17 milhões e R\$ 20 milhões, enquanto Mário Frias (PT-SF) e Carlo Zambelli (PL-SP), R\$ 200 mil. (DeG)